



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**251ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ata da ordem do dia 08 e 09 de fevereiro de 2017

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 251ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Brasília/DF

Data: 08 e 09/02/2017

1 Aos oito e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete teve início a 251ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr.
3 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes
4 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Solange Teixeira, Representante
5 do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça,
6 Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante Titular da
7 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheiro Titular Alberto Albino dos
8 Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira
9 Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento
10 Social e Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Luis Otávio Pires de Farias, Representante do
11 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheira Titular Célia Maria de
12 Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
13 Social - FONSEAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira, Representante do Colegiado
14 Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva
15 Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Suplente Maurício José
16 Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI;
17 Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspetoria São João Bosco; Conselheira
18 Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social;
19 Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das
20 Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto
21 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE;
22 Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos, Representante do Fórum Nacional dos

23 Usuário de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Luziana Carvalho de
24 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
25 - COFITO; Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da
26 População de Rua; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional
27 dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF;
28 Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP;
29 Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos
30 Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira,
31 Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/DF; Conselheira Titular
32 Maria Amélia Sazaki, Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada; Conselheira
33 Titular Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais –
34 CONGEMAS; Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto
35 Pescar; Conselheira Suplente Ana Carolina Freitas de Andrade, Representante do Ministério do
36 Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente Maira Leiliane Oliveira
37 Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social –
38 FONSEAS. **ABERTURA 08/02/2017:** O Sr. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho
39 Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejou a
40 todos um excelente 2017, por se tratar de um ano de grande expectativa, principalmente, pela
41 realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Solicitou a Sra. Maria das Mercês de
42 Avelino Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do
43 quórum. Realizada a verificação, o Presidente Fábio Moassab Bruni colocou para apreciação dos
44 Conselheiros a Ata da 250ª Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 251ª Reunião Ordinária do
45 CNAS e não havendo nenhuma manifestação contrária, a Ata foi aprovada. Informou que possui
46 uma observação em relação à pauta, sendo que o relato da Comissão Organizadora da 11ª
47 Conferência Nacional de Assistência Social estava previsto para o período da manhã, teria que ser
48 realizado no período da tarde devido algumas solicitações de ajustes na logomarca e nos critérios de
49 distribuição dos delegados. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Vice-Presidente do
50 Conselho Nacional de Assistência Social e Representante Titular da Organização Nacional de
51 Entidades de Deficientes Físicos, sugeriu incluir na pauta um item para explanar sobre a Vice-
52 Presidência e solicitou que fosse realizado um minuto de silêncio em memória a Dona Marisa
53 Letícia, que foi uma grande perda para os militantes do movimento social. Realizado um minuto de

54 silêncio, o Presidente Fábio Moassab Bruni propôs que esse item seja tratado após os relatos e a
55 Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça concordou com a proposta. A Sra. Maria do Carmo Brant
56 Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, salientou que a governabilidade de uma
57 política pública depende de todos os atores dessa política, sejam usuários, trabalhadores, entidades e
58 governo e que, o Conselho Nacional é um instrumento privilegiado e uma inovação do Estado
59 Brasileiro. Discorreu que há uma diferença muito significativa entre a gestão da política
60 representada pelos governamentais e a participação e o controle social exercido pelo Conselho.
61 Ressaltou que os desafios e os compromissos constantes de um Conselho são: reger-se pela razão
62 comunicativa; capacidade deliberativa em torno da programática da política; capacidade
63 propositiva; garantir representatividade, reconhecimento e respeito; maior interlocução e conexão
64 com outros setores da política pública. Questionou se realmente os usuários, os trabalhadores e
65 entidades estão sendo de fato representados. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça articulou
66 que existe uma falta de parceria do Governo com o Conselho e compreendeu que os usuários e os
67 trabalhadores não estão sendo ouvidos pela gestão atual. Postulou que causa um desconforto o
68 questionamento sobre a representação dos usuários, trabalhadores e entidades. A Secretária Maria
69 do Carmo Brant Carvalho desculpou-se por ter causado essa interpretação e afirmou que quer
70 chegar a um consenso. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
71 Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, cumprimentou a todos e
72 entendeu que cada representante desse Conselho tem clareza do que é o controle social, visto que o
73 mesmo vem de uma luta social. Relatou que o Governo precisa ter mais clareza nas suas
74 proposituras, pois existem questões que estão volúveis e destacou que os trabalhadores estão
75 indignados, como também em dúvida com relação a algumas ações, exemplificando o Programa
76 Criança Feliz. O Presidente Fábio Moassab Bruni esclareceu que a resolução que aprovou o
77 Programa Criança Feliz prevê periodicamente que a gestão preste conta de todos os processos de
78 implantação. A Secretária Maria do Carmo Brant Carvalho ponderou que os projetos ainda estão
79 sofrendo com as turbulências políticas e salientou que estão lutando para que o Benefício de
80 Prestação Continuada – BPC saia da reforma da Previdência e que, terão que realizar,
81 periodicamente, uma avaliação do Programa Criança Feliz e de outros programas que serão criados.
82 O Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP,
83 cumprimentou os presentes e inferiu que os trabalhadores precisam melhorar a sua atuação,
84 entretanto, comentou que os mesmos não entendem como podem começar uma série de novos

85 programas sem, de fato, resolver os problemas dos programas antigos. O Conselheiro Sávio Angelin
86 Pereira, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, lembrou
87 que questionou ao Ministro sobre a construção conjunta com o CNAS de alguns programas do
88 controle social, sendo que o Ministro disse que “Governo era Governo e Conselho era Conselho”.
89 Arrazoou que ficou perplexo com a sua colocação e que, a explanação da Secretária Nacional sobre
90 parceria é o melhor caminho. Discorreu que crê que todos os membros do CNAS estão
91 representando os seus grupos. O Presidente Fábio Moassab Bruni lembrou que o Conselho
92 participou da Câmara Técnica da CIT que discutiu sobre a concepção do Programa Criança Feliz,
93 inclusive debateram com mais detalhes na Reunião Descentralizada e Ampliada realizada em
94 Belém/PA. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Representante do Fórum Nacional
95 dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, ponderou que a Secretária Nacional trouxe
96 uma questão muito importante, que se trata da razão comunicativa, que possui uma grande falha
97 entre o Governo e o CNAS. Manifestou que a demissão de várias pessoas desse Colegiado sem que
98 o Conselho tivesse conhecimento foi muito grave e questionou quais os critérios utilizados para
99 realizar essas demissões e como ficou a funcionalidade do CNAS com as mesmas. Compreendeu
100 que o Conselho tem sido muito colaborador com a gestão, apesar de não terem sido informados
101 antecipadamente sobre a criação dos programas e que, é a primeira vez que há uma representante
102 usuária compondo o CNAS. O Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias, Representante do
103 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, articulou que a explanação da Secretária
104 Nacional tem como virtude colocar em debate essa situação de dificuldade de comunicação e
105 compreendeu que precisam ter a capacidade de saber que todo Governo tem contradições e disputas
106 internas. Observou que a reação desse Conselho deveria ser contra a ação colocada e não contra a
107 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS ou o MDSA e que, as demissões aconteceram em
108 todos os níveis do serviço público. O Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum
109 Nacional da População de Rua, postulou que gostaria de um posicionamento do MDSA e do CNAS
110 sobre os procedimentos que estão sendo utilizado para a população de rua, especialmente na cidade
111 de São Paulo. O Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco, relatou
112 que acredita que há um debate da gestão com o controle social para a construção da política pública
113 e não um confronto entre o CNAS e a SNAS e intuiu que o Conselho se torna reativo quando há
114 surpresas em relação à estrutura técnica, administrativa e financeira do controle social. Ilustrou que
115 precisam discutir com será feito o fluxo de debates. O Presidente Fábio Moassab Bruni afirmou que

116 houve muitos ruídos, especialmente no mês de janeiro, em relação à reforma administrativa e
117 elucidou que por parte do CNAS e da SNAS houve negociações com a gestão para tentar diminuir
118 os cortes que estavam inicialmente previstos, visto que foi verificada a existência de servidores do
119 CNAS que possuíam parentes de servidores nomeados dentro do MDSA. A Secretária Maria do
120 Carmo Brant Carvalho agradeceu todas as ponderações e salientou que fazer a gestão não é fácil,
121 compreendendo que precisam de um voto de confiança para executar a política. O Presidente Fábio
122 Moassab Bruni sugeriu realizar reuniões bilaterais entre a gestão e o Conselho e seus diversos
123 segmentos para tratar pautas comuns e o Conselheiro Luis Otávio Pires de Farias intuiu que nada
124 impede que o Conselho ou segmento, a qualquer momento, reúna com a gestão para discutir sobre
125 qualquer ponto. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira informou que os trabalhadores
126 possuem uma agenda que será aprofundada e ponderou que os Fóruns poderiam comunicar sobre a
127 sua trajetória de forma clara, para que os demais parceiros entendam como está sendo construídos
128 os debates em cada ramo político. Seguindo para os informas da SNAS, a Secretária Maria do
129 Carmo Brant Carvalho notificou que o MDSA lançou um tutorial de boas vindas aos novos
130 Secretários de Assistência Social e o Sr. André Yosan Silva explicou que esse tutorial foi
131 desenvolvido pelo MDSA em 2016 e ensina sobre a organização do SUAS de modo geral e sobre
132 cultura da Assistência Social, apresentando como é realizado o acesso ao mesmo. A Secretária
133 Maria do Carmo Brant Carvalho notificou que na mesma linha do tutorial de boas vindas aos novos
134 gestores, o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS tem realizado reuniões sistemáticas e
135 continuadas para os gestores municipais entenderem como é controlado e usado o repasse de
136 recursos fundo a fundo. Arrazoou que foram repassados três bilhões de reais através do repasse do
137 FNAS, sendo que desse montante: R\$ 85 milhões referentes a despesas de 2014; cerca de um bilhão
138 de reais referente a despesas de 2015; e R\$ 1,9 bilhão referentes ao exercício de 2016.
139 Complementou que todas as despesas referentes a 2014 e 2015 foram pagas e que ainda existem
140 algumas despesas não pagas em 2016, como: IGD e o IGD/SUAS. Ilustrou que está sendo realizada
141 uma consulta pública sobre as diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e
142 adolescentes em situação de rua na Assistência Social e que, houve duas emergências sociais, sendo
143 uma em relação às crianças com microcefalia e outra voltada à redução do comportamento violento
144 nos municípios de Aracaju, Natal e Porto Alegre. Acrescentou que está sendo criado um Centro Dia
145 em Campina Grande/PB, em que o número de microcefalia é significativo e esclareceu que a sua
146 construção está sendo realizada intersetorialmente através da Saúde e da Assistência Social. O

147 Conselheiro Sávio Angelin Pereira questionou qual foi o índice utilizado para a construção do
148 Centro Dia e a Secretária Maria do Carmo Brant Carvalho explicou que possuem a relação dos 11
149 municípios com maior incidência de microcefalia e que, o município de Campina Grande foi
150 escolhido por ter um trabalho de uma médica, que está fazendo junto com a fisioterapia, uma
151 estimulação intensa em crianças com microcefalia, que deu resultados expressivos de melhoria de
152 algumas sequelas. A Sra. Daniela, Assessora de Gabinete da SNAS, esclareceu que o número de
153 notificações de casos de microcefalia é maior no Estado de Pernambuco e que, o número de casos
154 confirmados de microcefalia é maior nos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia e de Recife. A
155 Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos questionou como está a situação dos usuários em
156 Pacaraima/RO e como está o encaminhamento do Fórum Pan-Amazônico da Proteção Social que
157 acontecerá em Belém/PA. A Secretária Maria do Carmo Brant Carvalho informou que realizaram
158 uma visita a Pacaraima/RO, em que constataram que houve uma diminuição do fluxo de imigração
159 dos venezuelanos, porém, existe uma situação diferenciada, sendo que os mesmos pretendem ficar
160 apenas três meses no Brasil, até que melhore a situação da Venezuela. Com relação ao Fórum Pan-
161 Amazônico da Proteção Social, ponderou que o mesmo será realizado dos dias 27 a 31 de março em
162 Belém/PA. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de
163 Gestores Municipais – CONGEMAS, explicou que na reunião da Comissão de Acompanhamento
164 aos Conselhos foi solicitado um curso através da plataforma de EAD sobre o controle social e
165 solicitou que o *link* da plataforma seja liberado para compartilhamento. O Presidente Fábio
166 Moassab Bruni parabenizou as Conselheiras Renata Aparecida Ferreira e Luziana Carvalho de
167 Albuquerque Maranhão pelo aniversário nessa data e a Conselheira Luziana Carvalho de
168 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
169 – COFITO, arrazoou que os profissionais de fisioterapia, terapia ocupacional e de fonologia
170 contribuíram para o Programa Nacional para o atendimento a microcefalia e salientou que todos
171 esses profissionais deveriam participar desse programa, porém, quando o mesmo é implantado, é
172 convocado apenas o fisioterapeuta, como se o mesmo conseguisse resolver todos os problemas.
173 Questionou se o Centro Dia está sendo pensado no formato de amplo atendimento de estimulação
174 precoce para as crianças com microcefalia e se dispôs a discutir sobre esse formato. A Secretária
175 Maria do Carmo Brant Carvalho se dispôs a conversar com equipe responsável pelo programa e
176 afirmou que a estimulação precoce foi contemplada de forma multiprofissional. A Conselheira
177 Carmen Lucia Lopes Fogaça entendeu que precisam ter um planejamento de curto, médio e longo

178 prazo para a microcefalia, pois o papel da educação após os quatros anos é muito importante para o
179 desenvolvimento das crianças. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
180 acrescentou que existem muitas denúncias de famílias que passaram a ser fragilizadas do ponto de
181 vista da convivência como no financeiro devido à microcefalia. A Conselheira Maria José
182 Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe
183 – FEUSUAS/SE, questionou se as cidades que possuem Centro Dia poderiam ter uma adaptação
184 para atendimento das crianças com microcefalia ou se serão criados Centros Dias específicos para a
185 mesma. A Secretária Maria do Carmo Brant Carvalho explicou que o Centro Dia de outras cidades
186 poderá realizar esse trabalho e a Sra. Daniela esclareceu que, em 2016, o Ministério da Saúde
187 mudou o protocolo de saúde em relação à microcefalia para a Síndrome Congênita do Zika Vírus, o
188 que atrasou a divulgação do material para orientação dos municípios. Ponderou que realizaram uma
189 pesquisa em 70 municípios com maior número de casos confirmados de microcefalia para tentar
190 entender como estava sendo a papel da rede de Assistência Social, em que conseguiram o
191 preenchimento de 30 municípios e informou que o resultado dessa pesquisa será apresentado após a
192 tabulação dos dados. Complementou que, em março, o MDSA fará parte da Sala Nacional de
193 Coordenação e Controle, em que serão pensadas ações para monitorar e combater. O Presidente
194 Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença da Secretária Nacional da Assistência Social e seguiu o
195 informe do FONSEAS. A Sra. Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional
196 dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, informou que no dia 15 de dezembro
197 de 2016 foi realizado a última reunião do exercício em Fortaleza/CE, em que foi discutido o
198 Programa Primeira Infância no SUAS, PEC 287, PEC 55, diagnóstico dos Estados em relação às
199 metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS e a avaliação do Plano de Ação de 2016 do
200 FONSEAS. Ilustrou que da discussão da PEC 287 foi elaborada uma manifestação contrária do
201 FONSEAS em relação às alterações do BPC e que foi definido a realização dos encontros regionais
202 para discutir o Programa Primeira Infância e aprofundar o diagnóstico dos Estados em relação às
203 metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS. Informou que a próxima reunião ordinária do
204 FONSEAS será no dia 21 de fevereiro e que, no dia 20 de fevereiro será realizada a reunião da
205 Câmara de Assessoria Técnica do FONSEAS, para definição da pauta que será debatida na reunião
206 ordinária. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de
207 Gestores Municipais – CONGEMAS, iniciou os informes do CONGEMAS comunicando que o
208 mesmo está com uma nova sede na Associação Brasileira de Municípios e que, os encontros

209 regionais acontecerão nos seguintes períodos: dias 06 e 07 de abril na região centro-oeste em
210 Campo Grande/MT; dias 04 e 05 de maio na região norte em Palmas/TO; data a definir na região
211 nordeste em João Pessoa/PA; dias 27 e 28 de abril na região sudeste em Caxambu/MG; dias 11 e 12
212 de maio na região sul em Novo Hamburgo/RS. Complementou que o Encontro Nacional será
213 realizado em Porto Seguro/BA nos dias 07,08 e 09 de junho. Prosseguindo para os informes da CIT,
214 o Conselheiro Leovane Gregório discorreu que a CIT se reunirá no dia 02 de fevereiro para
215 continuar o debate do Pacto do Aprimoramento do SUAS. Com relação aos informes dos
216 Conselheiros, o Presidente Fábio Moassab Bruni deu as boas vindas a Conselheira Ana Carolina
217 Freitas de Andrade que substituiu a Conselheira Dionara Borges Andreani. A Conselheira Ana
218 Carolina Freitas de Andrade, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário –
219 MDSA, agradeceu a acolhida e colocou-se a disposição. A Conselheira Clátia Regina Vieira,
220 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
221 Filantrópicas – FENATIBREF, notificou que a Secretaria Estadual da Assistência Social do Rio de
222 Janeiro foi transferida para Secretaria Estadual de Ciências e Tecnologia e ponderou que continuam
223 lutando para garantir a continuidade da política de assistência dentro dos padrões mínimos
224 garantidos pela Lei Nacional de Assistência. Afirmou que estão com uma camada na capital e em
225 alguns municípios de trabalhadores da assistência que estão sem pagamento desde novembro de
226 2016. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos articulou que participou da reunião do
227 CEAS do Estado do Pará, e o mesmo está muito bem encaminhado com relação à nova Lei de
228 Assistência Social, que será aprovada na próxima reunião em março/2017. Postulou que a
229 Conferência Estadual do Pará está marcada para o dia 17, 18 e 19 de outubro em Belém. A
230 Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações
231 Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, justificou a sua ausência nas reuniões da Comissão de
232 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e da Comissão de Normas por
233 compromissos institucionais. Seguindo para os informes da Secretaria-Executiva e da Presidência, a
234 Secretária-Executiva Maria das Mercês Avelino de Carvalho informou que foram justificadas as
235 seguintes ausências: Conselheiro Mário Lúcio Solto Lacerda nessa reunião ordinária devido a
236 compromissos institucionais; Conselheira Laís Maranhão, no dia 07 de fevereiro, na reunião da
237 Comissão de Políticas devido a compromissos institucionais; Conselheira Tathiane Aquino Araújo,
238 no dia 07 de fevereiro, na reunião da Comissão de Normas devido a compromissos institucionais;
239 Conselheira Mariana de Sousa Neris nessa reunião ordinária devido a férias. Convocações e

240 participações: Conselheira Tathiane Aquino Araújo foi convocada para representar o CNAS na III
241 Semana de Visibilidade Trans, no período de 27 a 30 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro sem
242 ônus para o CNAS; o Conselheiro Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS na
243 reunião da Comissão Nacional Intersetorial para acompanhamento da implementação do Plano
244 Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência
245 Familiar e Comunitária, realizada no dia 18 de janeiro de 2017 em Brasília; os Conselheiros que
246 integram a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram
247 convocados para reunião a ser realizada, no dia 06 de fevereiro de 2017, de 10h00 as 18h00 em
248 Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão Organizadora da 11ª Conferência
249 Nacional de Assistência Social foram convocados para a reunião a ser realizada no dia 06 de
250 fevereiro de 2017, de 09h00 as 18h00 em Brasília; os Conselheiros Nacionais Titulares e Suplentes
251 foram convocados para 251ª Reunião Ordinária do CNAS a ser realizada no período de 07 a 09 de
252 fevereiro de 2017 em Brasília; o Conselheiro Maurício Cunha foi convocado para a posse no
253 CONANDA, que está acontecendo nesse momento pela manhã, do biênio 2017/2018. *E-mails*
254 enviados aos Conselheiros do CNAS: manifesto em defesa das instâncias de controle do SUAS;
255 apresentação em *PowerPoint* do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual 2016/2019;
256 calendário de reuniões do CNAS 2017 atualizado; ata e gravação da 250ª Reunião Ordinária do
257 CNAS; notícia do MDSA “Programa Criança Feliz reúne Comitês Estaduais para definir
258 estratégias”; pauta da 251ª Reunião Ordinária do CNAS a ser realizada do período de 06 a 09 de
259 fevereiro de 2017; InfoSUAS “Reunião do CNAS”. Resoluções, Decretos e Portarias: Resolução
260 CNAS nº 22 de 14 de dezembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União em 17/12/2016 –
261 Seção I - Página 97, que posiciona contrária a proposta de emenda constitucional PEC 287 de 2016
262 e requisita ao Congresso Nacional a supressão da alteração do Artigo 203 da Constituição Federal
263 de 1988; Resolução CONANDA/CNAS nº 01 de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário
264 Oficial da União em 20/12/2016 – Seção I – Pagina 61, que dispõe sobre o conceito e o atendimento
265 de crianças e adolescentes em situação de rua e inclui o Subitem 4.6 no Item 04 do Capítulo III do
266 documento “Orientação Técnicas de Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”;
267 Resolução CNAS nº 23 de 15 dezembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União em
268 23/12/2016 – Seção I – Página 192, que estabelece normas gerais para a realização das
269 Conferências de Assistência Social em âmbito nacional, estadual e do Distrito Federal; Resolução
270 CNAS nº 24 de 15 de dezembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União em 23/12/2016 –

271 Seção I – Página 192, que altera o Artigo 3º da Resolução CNAS nº 17 de 05 de junho de 2014, que
272 aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento do Programa Nacional de Promoção
273 e Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014; Resolução CNAS nº 25 de 15 de
274 dezembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União em 23/12/2016 – Seção I – Página 193, que
275 altera a Resolução CNAS nº 18 de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional de
276 Promoção e Integração ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho; Portaria nº 56 de 02
277 fevereiro de 2017 publicada no Diário Oficial da União em 06/02/2017 – Seção II – Página 47, que
278 designa e substitui Conselheiros Representantes do Governo da gestão de 2016/2018: designa Sra.
279 Renata Aparecida Ferreira para compor o CNAS na qualidade de membro suplente do Governo,
280 representando o MDSA em substituição a Conselheira Ana Carolina Freitas de Andrade; designa
281 Sra. Tereza de Lamario Franco Neto para compor o CNAS na qualidade de membro suplente do
282 Governo, representando o Ministério da Saúde em substituição a Conselheira Raquel de Fátima
283 Antunes Martins; designa Sra. Raquel de Fátima Antunes Martins para compor o CNAS na
284 qualidade de membro suplente do Governo, representando o MDSA em substituição a Conselheira
285 Maria Cristina de Oliveira Marques; designa a Sra. Ana Carolina Freitas de Andrade para compor o
286 CNAS na qualidade de membro suplente do Governo, representando o MDSA em substituição a
287 Conselheira Renata Aparecida Ferreira; designa a Sra. Maria Amélia Sazaki para compor o CNAS,
288 representando o MDSA em substituição o Conselheiro César Augusto de Oliveira; designa Sra.
289 Marília Paiva de para compor o CNAS, representando o MDSA em substituição a Conselheira
290 Maria Amélia Sazaki. CNAS Informa: 250 reuniões do CNAS, um marco na consolidação da
291 política de Assistência Social; CNAS e o CONANDA aprovam resolução conjunta sobre o
292 atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no SUAS; Fique atento ao cronograma
293 para a realização das Conferências de Assistência Social nos municípios, Estados e Distrito Federal
294 é divulgado; calendário CNAS de 2017; CNAS convida especialistas para colaborarem com a 11ª
295 Conferência Nacional de Assistência Social; Confira os assuntos pautados na primeira reunião do
296 CNAS de 2017. Datas comemorativas: 1º de janeiro – Confraternização Universal. Conselheiros
297 aniversariantes de janeiro e fevereiro: dia 09 de janeiro – Conselheiro Mário Lacerda; dia 08
298 fevereiro – Conselheira Luziana Maranhão e Renata Ferreira; dia 10 de fevereiro – Conselheira
299 Clátia; dia 20 de fevereiro – Presidente Fábio Moassab Bruni; dia 25 de fevereiro – Conselheiro
300 Josenir. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça postulou que quando foi composta a Vice-
301 Presidência foi realizado um acordo de que em julho/2017 haveria uma alteração, passando a

302 mesma para a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos. Elucidou que se reuniu com o seu
303 segmento e decidiu, por uma questão pessoal, antecipar essa alteração para a próxima reunião. O
304 Presidente Fábio Moassab Bruni colocou em votação a alteração da Vice-Presidência da
305 Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça para a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos.
306 Antes do início do processo de votação, a Secretária Maria das Mercês Avelino de Carvalho
307 explicou que o mandato da indicada será até o final desse mandato e poderá ser realizada uma nova
308 eleição ou uma recondução em julho. Iniciando o processo de votação e não havendo nenhum voto
309 contrário, a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos foi eleita Vice-Presidente do CNAS.
310 Com relação ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência
311 de Renda realizada no dia 06 de fevereiro de 2017, o Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante
312 do Fórum Nacional da População de Rua elencou os Conselheiros, convidados, observadores e
313 ouvintes presentes. Arrazouo que foram debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Reunião
314 Conjunta com os Conselhos Nacionais e Setoriais de Garantia e Defesa de Direitos para a discussão
315 e encaminhamento sobre o BPC. Encaminhamentos: 01) Considerando que a Deputada Rosinha da
316 Adefal anunciou a realização de uma audiência pública no início de 2017, sugeriu que o CNAS
317 reitere a realização da mesma com a participação na mesa de representantes da Procuradoria Federal
318 de Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, do CNAS, CMDM, CONANDA, CONADE,
319 CNDI e CNDH. 02) A partir da confirmação da audiência, sugere que o CNAS envie ofício ao
320 Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, ao CEAS e ao CAS/DF e aos Conselhos Nacionais
321 solicitando divulgação, articulação e mobilização visando à garantia da presença de seus
322 representantes na audiência. 03) Sugere encaminhar para os Conselhos Nacionais o Boletim Anual
323 de Informações Estatística sobre o BPC separada por segmento, recomendando aos mesmos que
324 pautem um debate interno visando à incidência política junta a Câmara dos Deputados. 04) Sugere
325 solicitar maiores informações sobre a audiência pública solicitada pela Deputada Erika Kokay do
326 PT do Distrito Federal - Requerimento nº 143 de 2016 e, outra solicitada pelos Deputados Ivan
327 Valente do PSol de São Paulo e Capitão Augusto do PR de São Paulo – Requerimento nº 142. 05)
328 Sugere que o CNAS envie ofício ao CEAS e CAS/DF solicitando que os mesmos pautem o debate
329 sobre a PEC 287/2016 e solicite a realização de audiências públicas nas Câmaras Legislativas. 06)
330 Sugere encaminhar o resumo da reunião com os encaminhamentos aprovados pela Plenária para os
331 Conselhos Nacionais. II) Benefícios Eventuais. Encaminhamentos:01) Sugere encaminhar os
332 Conselheiros do CNAS os quatro produtos da consultoria sobre os benefícios eventuais para

333 conhecimento. 02) Sugere a participação de representantes do CNAS nas reuniões de nivelamento
334 das informações com o consultor contratado, visando subsidiar a construção das orientações
335 técnicas no âmbito do controle social, bem como nas reuniões posteriores de validação dos
336 produtos. III) Definição da pauta da próxima reunião no dia 15 de maio de 2017: No período da
337 manhã - Será realizado o fechamento do documento conjunto dos Conselhos Nacionais com os
338 dados sobre o BPC por segmento, visando sensibilizar os Deputados Federais. Minuta de
339 documento com os dados do Boletim Anual de Informações Estatísticas do BPC, no máximo de
340 duas páginas, será elaborada e encaminhada para os integrantes da Comissão contribuírem, em
341 seguida a versão preliminar validada pela Comissão será enviada aos Conselhos Nacionais Setoriais
342 de Defesa e Garantia de Direitos fazerem as suas contribuições/validação. Na reunião de maio a
343 Comissão e os Conselhos Nacionais fecharam o documento. No período da tarde - A Comissão e os
344 Conselhos Nacionais realizarão visita aos gabinetes dos Deputados na Câmara Federal para a
345 entrega do documento. A Conselheira Edna Aparecida Alegro solicitou que seja inserida a sua
346 justificativa de ausência e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira questionou o que se tratada
347 o Artigo 203 da PEC 287. O Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que esse artigo trata da
348 Assistência Social e o Conselheiro Leovane Gregório questionou se a PEC já terá sido votada
349 quando for realizada a visita no gabinete dos Deputados e compreendeu que precisam rever a data
350 dessa visita. A Secretária Maria das Mercês Avelino de Carvalho ilustrou que a PEC já passou pela
351 Comissão de Constituição e Justiça e será criada uma Comissão Especial para analisar a mesma,
352 sendo que a essa Comissão ainda não foi constituída. O Conselheiro Samuel Rodrigues relatou que,
353 dependendo do processo de tramitação da PEC, podem realizar uma reunião extraordinária em março
354 para realizar a visita. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu deixar como encaminhamento a
355 realização da reunião extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
356 Transferência de Renda, realizando em paralelo uma pesquisa juntamente com a Assessoria
357 Parlamento para saber sobre o trâmite dessa PEC. Prosseguindo para o relato da reunião da
358 Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social, a Sra. Patrícia Alencar,
359 Assessora de Imprensa e Comunicação da SNAS/ASCOM, informou que no final do mês de janeiro
360 realizou uma reunião com o Presidente do CNAS e com a Secretária-Executiva sobre a identidade
361 visual da Conferência, em que foi solicitado para pensarem em uma identidade que contemplasse o
362 tema “Garantia de Direitos e o Fortalecimento do SUAS”. Explanou que pensaram, no início dos
363 trabalhos, no fortalecimento com a união de todos para a construção e a permanência do SUAS

364 efetivamente para a identidade visual, para que os Estados também pudessem replicá-la. Apresentou
365 os modelos propostos de logomarca para a Conferência. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça
366 compreendeu que as alterações ficaram ótimas e o Sr. Leovane Gregório entendeu que “Conferência
367 Nacional” poderia está ao lado do numeral “11^a” e que, foi interessante trabalhar com as cores da
368 bandeira do Brasil, porém, poderiam ter trabalhado com as cores das etnias que são trabalhadas no
369 SUAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que concorda com a sugestão de que o
370 numeral esteja junto com o termo “Conferência Nacional” e que, as cores deveriam ser mantidas,
371 por trazer uma mensagem clara sobre a bandeira nacional. A Sra. Patrícia Alencar inferiu que a
372 mudança na cartela de cores pode descaracterizar o conceito da força de uma nação, que está
373 presente na bandeira brasileira. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira intuiu, talvez, que as
374 letras poderiam ser coloridas e com destaque maior para a palavra “Conferência”. A Sra. Sâmia e a
375 Sra. Patrícia Alencar discutiram que colocarão o numeral juntamente com o termo “Conferência
376 Nacional” e que, podem alterar a cor das letras para azul petróleo. O Presidente Fábio Moassab
377 Bruni agradeceu pela apresentação e arrazoou que a ASCOM realizará as alterações solicitadas,
378 visto que após a realização das mesmas, a logomarca será aprovada. A Sra. Patrícia Alencar
379 informou que o arquivo será aberto para que os Estados tenham a autonomia para realizar as suas
380 alterações e observou que os municípios também podem utilizá-la, realizando suas alterações. Com
381 relação aos critérios de distribuição dos delegados no âmbito municipal, estadual e do Distrito
382 Federal para a 11^a Conferência, o Presidente Fábio Moassab Bruni relatou que o Coordenador-Geral
383 do IDG/SUAS, Sr. Marcos Maia Antunes, apresentou três cenários distintos para definição dos
384 critérios de distribuição para delegados de âmbito municipal e três cenários para delegados de
385 âmbito estadual. Encaminhamento: 01) Utilizar o IDConselhos de 2016 para o cenários, considerar
386 12 delegados para o Distrito Federal e para os delegados de âmbito municipal, considerar o mínimo
387 de 12 delegados por Estado. O novo cenário com as sugestões da Comissão será apresentando a
388 Plenária para discussão. A Sra. Cíntia, Técnica de Vigilância Socioassistencial, informou que a
389 Comissão encaminhou uma lista de variáveis a serem consideradas na análise, que julgaram ser
390 pertinentes para uma distribuição de delegados. Postulou que a Vigilância observou que a grande
391 maioria das variáveis consideradas compunha o IDConselho, sendo proposto para a Comissão que
392 fosse utilizado o IDConselho. Apresentou as variáveis que compõem o IDConselho selecionadas
393 pela Comissão em cada dimensão e discorreu que para definir os critérios, foi identificado a média
394 do IDConselho ponderado pela média aritmética populacional e por quantidade de municípios.

395 Complementou que também foi solicitado que o número de delegados representantes da sociedade
396 civil fosse divisível por três para contemplar o segmento de usuários, trabalhadores e entidades,
397 visto que foi adequado o resultado das variáveis utilizadas chegando ao indicador de seis delegados.
398 Exibiu a distribuição de delegados municipais, distritais e estaduais e explicou que levaram em
399 consideração para distribuição dos delegados estaduais algumas variáveis do Censo SUAS.
400 Comunicou que foram apresentados três cenários para a Comissão Organizadora, apresentando os
401 mesmos para a Plenária. O Presidente Fábio Moassab Bruni elucidou que a recomendação solicitada
402 para os delegados nacionais referentes aos municípios, de paridade e proporcionalidade, teria que
403 haver também para os delegados do Estado, tendo que realizar um ajuste no número dos Conselhos
404 Estaduais que não estão múltiplos de seis. O Conselheiro Leovane Gregório entendeu que é injusto
405 o Distrito Federal ter o número fixado apenas em 12 delegados, pois existe uma população maior do
406 que alguns Estados. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça arrazoou que, embora o Distrito
407 Federal não tenha município, realiza as Pré-Conferências e explicou que tentaram trabalhar de uma
408 forma que não deixasse ninguém prejudicado. A Sra. Cíntia observou que se fossem inseridos os
409 critérios de delegados municipais para o Distrito Federal, o mesmo ficaria ainda com 12 delegados.
410 O Presidente Fábio Moassab Bruni articulou que apenas terão que realizar o ajuste nas delegações
411 estaduais para o número seja múltiplo de seis, respeitando o número limite de 180 delegados.
412 Realizado esse ajuste pelo IGD/SUAS, sugere que os critérios serão considerados aprovados. Com a
413 concordância dos Conselheiros, agradeceu a SNAS pela parceria, especialmente do IGD/SUAS.
414 Prosseguindo para a leitura da memória da reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência
415 Nacional de Assistência Social realizada no dia 06 de fevereiro de 2017, o Presidente Fábio
416 Moassab Bruni elencou os membros, convidados e ouvintes presentes. Relatou que foram debatidos
417 os seguintes pontos de pauta: I) Informes: a) demandas recebidas sobre o processo conferencial. II)
418 Apreciação das logomarcas da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento:
419 01) A logomarca com as sugestões da Comissão será apresentada a plenária. III) Equipe de
420 Especialistas. Encaminhamentos: 01) Conclusão do material no início de março/2017 para
421 divulgação e orientação aos CEAS e o CAS/DF para qualificação das Conferências, emendas,
422 perguntas e textos norteadores. 02) Capacitar o usuário para participar das Conferências. 03)
423 Priorizar a participação nas Conferências dos usuários e dos Conselheiros. 03) Detalhar o material e
424 aprofundar os temas com uma referência bibliográfica por eixo. 04) Encaminhar aos Secretários
425 Municipais uma carta de mobilização com as informações sobre as Conferências – não enviar por

426 meio digital. 05) Propostas de Conferências Livres e Virtuais utilizando metodologias
427 participativas. 06) Qualificar o processo de Conferências nos Estados, DF e nos municípios e
428 sugerir que tenha, no mínimo, um dia de duração. IV) Definição dos critérios de distribuição dos
429 delegados no âmbito municipal, estadual, Distrito Federal. V) Qualificação dos observadores e
430 discussão sobre o produto de sua participação na 11ª Conferência Nacional. Encaminhamentos: 01)
431 A Representante da Ouvidoria do MDSA fará um levantamento da metodologia utilizada em outras
432 Conferências, como por exemplo, a Conferência dos Direitos Humanos. 02) Elaborar um
433 questionário para os observadores. 03) Qualificar os observadores para as Conferências Municipais
434 e Estaduais. 04) Sugerir metodologia de qualificação dos observadores para as Conferências
435 Municipais e Estaduais. VI) Definição da pauta da próxima reunião, que será realizada no dia 10 de
436 março de 2017: Definir orientações para as Conferências Municipais; Apresentar Plano de
437 Comunicação da ASCOM para a 11ª Conferência Nacional da Assistência Social; Estrutura
438 programática da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social, Definir estratégias de articulação
439 com possíveis patrocinadores para a 11ª Conferência Nacional da Assistência Social; Definição do
440 material para participação e representação dos Conselheiros do CNAS nas Conferências
441 Municipais, Estaduais e do Distrito Federal. Encaminhamento: 01) Tendo em vista a mudança da
442 Reunião Descentralizada e Ampliada do mês de abril, a Comissão Organizadora se reunirá no dia
443 06 de março de 2017. Realizou a leitura da memória da primeira reunião dos membros da Equipe de
444 Especialistas da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social anexado e ilustrou que esse
445 documento apresenta a proposta dos eixos com os tópicos convergentes com o tema “Garantia de
446 Direitos” e modelo de metodologia. O Conselheiro Leovane Gregório compreendeu que é
447 necessário inserir nos textos algo que ajude a fazer o debate e que possa produzir uma reflexão
448 sobre a situação do SUAS no país. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins,
449 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, intuiu que os temas
450 são conceituais para dentro do SUAS e observou que dentro do eixo de legislação existem questões
451 de respeito e diversidade na capacidade de gestão e financiamento, metodologia para o custo dos
452 serviços e vigilância socioassistencial, sugerindo, talvez, citar a questão da lei municipal no SUAS.
453 O Presidente Fábio Moassab Bruni articulou que a proposta é de que esses temas relativos à gestão
454 sejam englobados em um processo maior envolvendo alguma legislação do SUAS local. A
455 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins inferiu que poderiam pensar em mudar o nome do
456 eixo, juntando legislação e gestão e trazer a lei municipal do SUAS e o Presidente Fábio Moassab

457 Bruni sugeriu pensar em um melhor nome para o eixo, para que o mesmo englobe os diversos
458 aspectos elencados. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira postulou que não existe nenhum
459 eixo que coloca a questão do trabalhador do SUAS e da execução do serviço claramente e entendeu
460 que algum eixo deveria abordar sobre como a questão do trabalho impacta na oferta de serviço e
461 sobre a qualificação e despreciação do trabalho. A Conselheira Solange Teixeira observou que é
462 importante ressaltar o papel da transferência de renda no terceiro item, sugerindo a sua inclusão e
463 compreendeu que seria necessária uma abordagem mais avançada do estágio dos municípios em
464 relação ao Plano Decenal. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça lembrou que foi decidido
465 que cada eixo iria trazer um texto provocativo e perguntas que ocasione a discussão e as propostas e
466 elucidou que o Plano Decenal foi reforçado dentro dos próprios eixos. A Conselheira Norma Suely
467 de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, questionou qual é o
468 número de especialistas nesse momento e o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que possuem
469 nove especialistas, sendo que apenas sete participaram da primeira reunião. A Conselheira Norma
470 Suely de Souza Carvalho afirmou que concorda com as explicações do Conselheiro Leovane
471 Gregório e da Conselheira Solange Teixeira sobre a necessidade de aprofundamento do Plano
472 Decenal e sugeriu que todos os tópicos elencados de legislação e gestão, sejam construídos em dois
473 tópicos diferentes com subitens. A Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do
474 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, sugeriu agregar o
475 eixo da legislação a gestão, alterando o mesmo para: *“A legislação como instrumento para uma
476 gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para garantia dos direitos
477 socioassistenciais”*. Sugeriu tratar quais os desafios propostos nas legislações e nas resoluções para
478 aprimoramento da gestão do SUAS e os entraves para o seu cumprimento. O Presidente Fábio
479 Moassab Bruni propôs anotar todas as propostas e encaminhar para equipe de especialistas e o
480 Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco, questionou se a Comissão
481 de Monitoramento do CNAS ainda existe, para que seja realizado um debate sobre o monitoramento
482 do Plano Decenal antes das Conferências. O Presidente esclareceu que essa Comissão continua
483 composta e que podem realizar essa reunião durante o processo. A Conselheira Luziana Carvalho
484 de Albuquerque Maranhão intuiu que da forma como foi colado o item “Mesa do Trabalhador” não
485 houve direcionamento da discussão e discorreu que gostaria que a mesa se chamasse “Mesa de
486 Negociação e Gestão”, para que fossem discutidos os processos de trabalho. O Presidente Fábio
487 Moassab Bruni articulou que todas as sugestões serão remetidas ao grupo de especialistas e que,

488 voltarão a discutir o documento com as emendas na próxima plenária. Não havendo mais nenhum
489 destaque com relação à memória da reunião da Comissão Organizadora e seguindo para o próximo
490 item de pauta, postulou que em dezembro avisarão aos diversos Conselhos que será realizado um
491 debate sobre a garantia da renda na seguridade social na Comissão de Acompanhamento de
492 Benefícios e Transferência de Renda como no Pleno, sendo que os dois Conselhos convidados para
493 participar dessa discussão, CONADE e CNDI, estão passando por mudança de composição e
494 prejudicou a sua participação. Informou que ambos estão bastante interessados nesse debate e se
495 posicionaram que as articulações dos Conselhos são fundamentais para fazer uma defesa do BPC na
496 Câmara dos Deputados e concordaram com o posicionamento do CNAS, expresso na resolução de
497 dezembro, de que o caminho correto é de retirada do BPC da reforma da Previdência. Aguardando
498 a chegada do convidado, o Presidente sugeriu iniciar o relato da Comissão de Ética. O Conselheiro
499 Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário –
500 MDSA, iniciou o relato da reunião da Comissão de Ética realizada no dia 07 de fevereiro de 2017
501 elencando os Conselheiros presentes e postulou que foi debatido o seguinte ponto de pauta: I)
502 Ofício da SNAS sobre o dativo da defesa no processo indicando novo local e novo servidor.
503 Encaminhamentos: 01) A Comissão acatou a indicação do novo servidor. 02) Concessão de mais 30
504 dias para que o novo dativo apresente a defesa exigida. 03) Sugere ao Pleno a prorrogação do prazo
505 da vigência da Comissão de Ética por mais 120 dias. O Presidente Fábio Moassab Bruni indagou se
506 a demora para elaboração da defesa pelo defensor dativo poderá ser vista como uma afronta à
507 justiça e o Conselheiro Alberto Albino dos Santos explanou que, embora os prazos regimentais
508 tenham extrapolado, foi devido a fatos concretos. O Conselheiro Leovane Gregório questionou se
509 haverá alguma tramitação na justiça comum e caso haja, se teria prejuízo de não ser avaliado pela
510 Justiça Federal. O Conselheiro Alberto Albino dos Santos ilustrou que esse processo iniciou na
511 Corregedoria da União e já foi extinto do âmbito criminal por decisão de um Tribunal Superior.
512 Considerada aprovada à prorrogação do prazo de vigência da Comissão de Ética e seguindo para o
513 relato da reunião da Comissão de Políticas da Assistência Social realizada no dia 07 de fevereiro de
514 2017, a Conselheira Célia Maira de Souza Melo Lima elencou os Conselheiros, convidados e
515 ouvintes presentes. Relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: I) Ações Intersetoriais
516 do SUAS – Desafios e Perspectivas. Encaminhamento: 01) Envio da apresentação em *PowerPoint*
517 para conhecimento dos Conselheiros CNAS, considerando a importância do consolidado para o
518 entendimento da atuação intersetorial no âmbito do SUAS. II) Monitoramento do Plano de Ação da

519 Comissão e definição das prioridades. Encaminhamentos: 01) Foram definidas as seguintes
520 prioridades para 2017: março – A) Programa Primeira Infância no SUAS – i) realização de reunião
521 conjunta da Comissão de Política e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para tratar da
522 Resolução nº 19/2016 e de questões operacionais do programa, ii) solicitação aos CEAS de Santa
523 Catarina, Alagoas e Minas Gerais a justificativa do posicionamento contrário a adesão do termo de
524 aceite do Programa Primeira Infância no SUAS; B) Programa ACESSUAS Trabalho, C) Pacto de
525 Aprimoramento do SUAS Gestão Estadual; maio – A) Balanço das Ações Estratégicas do Combate
526 ao Trabalho Infantil, B) Balanço do Pacto de Aprimoramento do SUAS Gestão Municipal; junho –
527 A) Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, B) Programa Capacita SUAS; julho – A)
528 Papel da Assistência Social no Plano de Ação Intersetorial de Prevenção da Violência e da
529 Criminalidade, B) Monitoramento do Plano de Ação da Comissão 2016/2018; agosto – A) Balanço
530 da expansão e a qualificação dos serviços e benefícios e as unidades socioassistenciais da Proteção
531 Social Básica, B) Apresentação da estruturação da Vigilância Socioassistencial no SUAS; setembro
532 – A) Perfil dos usuários no SUAS no corte de gênero; outubro – A) Avaliação do Programa
533 ACESSUAS Trabalho, BPC Escola e BPC Trabalho; novembro – A) Avaliação do Programa
534 Criança Feliz. III) Definição da próxima reunião da Comissão em março/2017: Programa Primeira
535 Infância; Proposta de reunião conjunta com a Comissão de Política e a Comissão de
536 Acompanhamento aos Conselhos para tratar da Resolução nº 19/2016 e de questões operacionais do
537 programa; Programa ACESSUAS Trabalho; Pacto de Aprimoramento do SUAS Gestão Estadual.
538 Com a chegada do convidado, Sr. Wilson Antônio Romero, o Presidente Fábio Moassab Bruni
539 interrompeu o relato da Comissão para iniciarem a apresentação sobre a garantia de direito a renda
540 na Seguridade Social. A Conselheira Edna Aparecida Alegro explicou que o tema da garantia de
541 direito a renda na Seguridade Social, é um tema recorrente nas reuniões do CNAS devido à
542 discussão das alterações do BPC. Arrazoou que convidaram o Presidente da Associação Nacional
543 dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP, pois a ANFIP realiza um estudo da Seguridade
544 Social, especialmente sobre o déficit da Previdência. O Sr. Wilson Antônio Romero, Presidente da
545 Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP, cumprimentou a todos e
546 informou que a ANFIP, ao longo das últimas duas décadas, tem analisado os números do orçamento
547 do Estado do Bem Estar Social e comprovaram que o orçamento é superavitário. Apresentou um
548 vídeo para dar noção do conjunto de recursos que são administrados pelos diversos órgãos da
549 Seguridade Social e o conjunto de perguntas e discorreu que o Governo realiza uma contabilidade

550 criativa somente gotejando a arrecadação previdenciária líquida das empresas com o conjunto dos
551 benefícios, o que tem redundado no grande rombo, que em 2016 chegou a R\$151 bilhões. Explanou
552 que ao analisar a Seguridade, o Governo inseriu em sua conta os Benefícios dos Regimes Próprios e
553 que, o dinheiro distribuído pelo INSS sustenta quase 90 milhões de brasileiros, movimentando a
554 economia em 80% dos pequenos e médios municípios e supera o Fundo de Participação dos
555 municípios, sendo que em 92% dos municípios esse recurso supera a própria arrecadação
556 municipal. Ponderou que o Estado do Bem Estar Social está implementado nos Artigos 194 a 204
557 da Constituição Federal e possui as seguintes características: universalidade, prestação de serviços
558 assistenciais, caráter estatal e o princípio da solidariedade. Articulou que o objetivo mais importante
559 da Seguridade é o caráter democrático descentralizado da Administração com gestão quadripartite
560 com a participação de trabalhadores, aposentados, Governo e órgãos colegiados. Salientou que a
561 Previdência é o seguro mais barato do Brasil e apresentou a sua estrutura. Relatou que o conjunto
562 da folha de salário, faturamento e o lucro da exportação e o concurso de prognóstico financia o
563 sistema da previdência e informou que, em 2014, a Seguridade Social arrecadou R\$ 687 bilhões e
564 em 2015, arrecadou R\$ 694 bilhões, sendo que descontados os programas sociais da seguridade
565 houve superávits sucessivos. Elucidou que com a criação das contribuições em 1986, que se
566 acumularam em demasia, foi criado o Fundo Social de Emergência, que não tinha nada de social e
567 de emergência e tinha como objetivo tugar uma parcela dos recursos e não o aplicar para sua real
568 destinação. Explicou que, em 1996, o Fundo Social de Emergência alterou o seu nome para FEFI e
569 agora é denominada DRU e notificou que a DRU desvinculou R\$58 bilhões em 2012 e R\$ 63
570 bilhões em 2013. Complementou que houve a prorrogação da DRU até 2023 e o aumento de 20%
571 para 30% e que, a execução orçamentária de 2016, que deveria ser destinada a Previdência, teve
572 22% destinada para o conjunto do orçamento e 43% para juros e amortização da dívida. Arrazoou
573 que o fluxo de caixa de 2014 mostrou que a receita previdenciária líquida, na arrecadação urbana,
574 cobriu o benefício urbano, porém a arrecadação rural não cobriu o benefício rural e que, em 2015 a
575 Previdência começou a sentir o evento da desoneração da folha, do aumento do desemprego, da
576 consequente diminuição da massa salarial e do aumento do salário mínimo, o que trouxe um
577 desequilíbrio de R\$ 90 bilhões. Discorreu que o conjunto de benefícios mantidos pelo INSS já
578 ultrapassou 33 milhões de pessoas em 2016 e que, o Governo alega que precisa fazer uma reforma
579 para atingir quatro milhões de pessoas no assistencialismo e aqueles que possuem aposentadoria
580 precoce por tempo de contribuição. Notificou que possuem nove propostas juntamente com as

581 centrais sindicais e ponderou que a ANFIP reuniu com 20 especialistas e lançará um documento
582 com propostas de inclusão social a partir do atual modelo de seguro social e especial. O Presidente
583 Fábio Moassab Bruni agradeceu pela apresentação e articulou que a mesma provoca uma reflexão
584 do CNAS sobre a relação da Assistência Social na Seguridade. Comentou que na Resolução nº 22
585 do CNAS, o Conselho se posicionou contrário a reforma e solicitou a exclusão do BPC da reforma
586 da Previdência. O Conselheiro Leovane Gregório questionou se a intenção do Governo é de retirar a
587 contribuição dos empresários para a Previdência ou se existe outra intenção. O Sr. Wilson Antônio
588 Romero compreendeu que existe um conjunto de questões envolvidas, que precisam ser analisadas
589 separadamente e que há uma conjuntura, no sentido de um programa dogmático conservador de
590 retirada de direitos e de ajuste fiscal. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
591 parabenizou pela apresentação e ilustrou que o Fórum de Trabalhadores do SUAS e outros espaços
592 possui a informação, não muito fundamentada como trazida, de que a Previdência não está na
593 situação que o Governo e a mídia apresentam pois, o Governo tem perdoado as dívidas
594 previdenciárias das grandes empresas. Salientou que, como essa proposta de reforma, o Brasil
595 voltará a fazer parte do mapa da fome. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira explanou que
596 há uma lavagem cerebral, forçada pelo mercado, afirmando que a previdência pública não deve
597 existir e indagou se existe a possibilidade do fim da previdência pública e se existe a possibilidade
598 de fornecer as nove propostas elaboradas juntamente com as centrais sindicais, para que possam
599 discuti-las. O Sr. Wilson Antônio Romero ilustrou que se houver a possibilidade do fim da
600 previdência haverá um movimento contra a mesma e afirmou que precisam trabalhar para
601 minimizar as perdas. Acrescentou que precisam desmistificar o rombo apresentando pelo Governo
602 de R\$ 151 bilhões, pois foi arrecado em contribuições sociais R\$ 722 bilhões, uma vez que a
603 Previdência consumiu R\$ 400 bilhões, o BPC consumiu R\$ 50 bilhões e a área da saúde consumiu
604 cerca de R\$ 100 bilhões, havendo um superávit de R\$ 100 bilhões. Elencou as seguintes propostas
605 apresentadas ao Palácio do Planalto juntamente com as centrais sindicais: I) Revisão ou fim da
606 desoneração das contribuição previdenciárias; II) Revisão das isenções previdenciárias para as
607 entidades filantrópicas; III) Alienação dos imóveis da Previdência e outros patrimônios em desuso;
608 IV) Fim da aplicação da DRU sob o orçamento da seguridade; V) Criação de mecanismos mais
609 ágeis para cobrar a dívida ativa; VI) Melhoria da fiscalização; VII) Revisão das alíquotas para o
610 agronegócio; VIII) Destinar a Seguridade as receitas dos jogos de azar; IX) Recriar o Ministério da
611 Previdência. Informou que, no *site* do DIEESE, está disponível a Nota Técnica nº 161, que detalha

612 esse conjunto de propostas que estão em debate. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira afirmou que
613 ficou triste com o fato de que não conseguirão barrar a reforma da Previdência mesmo com a união
614 das centrais sindicais e intuiu que a sociedade precisa se mobilizar, pois a reforma proposta não
615 beneficiará o conjunto da sociedade brasileira e sim o setor econômico. O Sr. Wilson Antônio
616 Romero compreendeu que as centrais sindicais precisam unir com outros segmentos. A Conselheira
617 Edna Aparecida Alegro notificou que foi realizado um estudo pelas organizações da sociedade civil
618 e as entidades filantrópicas sobre quanto significa R\$ 1,00 da isenção de serviços prestados para a
619 população necessitada, sendo que o resultado mostrou que há um retorno de R\$ 4,80 para a
620 sociedade. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos arrazoou que a explanação do
621 Conselheiro Sávio Angelim Pereira, de que não conseguirão barrar a reforma, traz uma força para
622 continuar lutando e parabenizou o Sr. Wilson Antônio Romero pela apresentação. O Sr. Wilson
623 Antônio Romero discorreu que a ANFIP se reuniu com o Presidente do TCU formalizando uma
624 solicitação de auditoria nas contas da Seguridade Social, sendo que o mesmo aceitou a solicitação e
625 baixou, em Pleno, para que aconteça essa auditoria e sugeriu que o CNAS marque uma audiência
626 com o Presidente do TCU ou com o relator designado, Ministro José Múcio Monteiro, para externa
627 a sua preocupação. O Presidente Fábio Moassab Bruni propôs que a ANFIP procure o CONADE e
628 o CNDI para que esse debate tenha continuação em suas instâncias. Retornando ao relato da
629 Comissão de Políticas da Assistência Social, o Presidente questionou se haveria algum destaque e
630 não havendo, seguiu para o encerramento. **ENCERRAMENTO 08/02/2016:** O Presidente Fábio
631 Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia de reunião do Conselho
632 Nacional de Assistência Social. **ABERTURA 09/02/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni
633 iniciou o segundo dia de reunião cumprimentando a todos e solicitou a Sra. Maria das Mercês de
634 Avelino Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do
635 quórum. Realizada a verificação, O Presidente iniciou o relato da reunião da Presidência Ampliada
636 realizada no dia 07 de fevereiro de 2017 elencando os participantes presentes. Relatou que foram
637 debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Informes das Reuniões das Comissões Temáticas, em que
638 foram explanados os assuntos relevantes de cada Comissão Temática. II) Reunião Descentralizada e
639 Ampliada do CNAS. Encaminhamentos: 01) A Secretaria-Executiva irá entrar em contato com o
640 CONSEAS para tratar sobre a operacionalização da reunião. 02) As Comissões Temáticas devem se
641 programar para não deixar pautas para o mês de abril, visto que a pauta da referida reunião terá
642 centralidade no processo conferencial de 2017 não prevendo reuniões de Comissões. III) Resposta

643 do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, sendo que o mesmo
644 enviou o Memorando nº 31/2016 em atenção ao Memorando nº 49/2016 por meio do qual informa
645 que não teve a sua reunião de instalação realizada, tendo em visto que o processo de eleição será
646 finalizado em fevereiro de 2017. Informou ainda que a primeira reunião será realizada em
647 março/2017 e que, assim que o Colegiado for eleito, a solicitação do CNAS de participar das
648 reuniões, como convidado ou de compor o CNPTC, será apreciada. IV) *E-mail* enviado pela
649 Fundação ABRINQ sobre o Programa Prefeito Amigo da Criança. Encaminhamento: 01) O
650 Presidente do CNAS se reunirá com o demandante para entender melhor do que se trata a
651 solicitação e trará informações posteriores ao Pleno. V) FNUSUAS solicita orientação referente ao
652 processo eleitoral do CEAS/BA. Encaminhamento: 01) A Presidência Ampliada solicita que a
653 Comissão de Normas, a luz das resoluções do CNAS que versão sobre a matéria, subsidie a resposta
654 demandante. VI) Ofício IDG/SUAS/SNAS nº 03/2017. Encaminhamento: 01) A sociedade civil
655 indicará o nome de três Conselheiros, um de cada segmento, para participar da turma I,
656 considerando a data limite para inscrição no curso. Segmento de entidades: Conselheiro Clodoaldo
657 José Oliva Muchinski e segmento de entidades e usuários a definir. VII) Solicitação do CEAS/RS.
658 Encaminhamento: 01) Encaminhar ofício informando que o prazo para realização das Conferências
659 está disposto na Resolução nº 23/2016, prazo este que considera o envio dos relatórios estaduais
660 para consolidação por parte da relatoria para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
661 VIII) Informes: a) A Diretoria do 17º Plenário do Conselho Federal de Psicologia enviou convite ao
662 CNAS para participar do Seminário “A Psicologia da Construção de Novos Possíveis” realizado no
663 dia 21 de janeiro de 2017, sendo que não foi possível a participação do CNAS; b) O Ministério
664 Público Federal por sua Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do DF convidou o CNAS
665 para participar da audiência pública sobre a criação, implementação e aprimoramento de políticas
666 públicas em favor de pessoas em situação de rua, realizada no dia 26 de janeiro de 2017, sendo que
667 como não foi possível a participação do Presidente do CNAS, a Secretaria-Executiva acompanhou
668 os trabalhos e enviará relatório e material da audiência aos Conselheiros. IX) Convite para
669 cerimônia de posse dos Conselheiros do CONANDA Gestão 2017/2018 a ser realizada no dia 08 de
670 fevereiro de 2017. Encaminhamento: 01) O Conselheiro Maurício Cunha representará o CNAS no
671 evento, tendo em vista que já havia confirmado presença na cerimônia. X) Pauta da 252ª Reunião
672 Ordinária do CNAS, de março de 2017: Dia 06/03/2017: das 09h00 as 17h00 - Reunião da
673 Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; das 13h00 as 18h00 –

674 Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Dia
675 07/03/2017: das 09h00 as 13h00 – Reuniões da Comissão de Normas de Assistência Social e da
676 Comissão de Acompanhamento dos Conselhos da Assistência Social; das 09h00 as 16h00 -
677 Reuniões das Comissões de Políticas e da Comissão de Financiamento; das 14h00 as 16h00 –
678 Reunião Conjunta entre a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e de Normas; das 16h00 as
679 18h00 – Reunião da Presidência Ampliada e da Comissão de Ética. Dia 08/03/2017: 252ª Reunião
680 Ordinária do CNAS - das 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 251ª Reunião Ordinária do CNAS
681 e da pauta da 252ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 as 10h30 – Informes da Presidência,
682 Secretária-Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30 as 12h00
683 – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 14h00 as
684 16h00 – Primeiro Ciclo de Avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS; das 16h00 as 18h00
685 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia
686 09/03/2016 Continuação da 252ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da
687 Presidência Ampliada; das 10h00 as 11h00 – Relato da Comissão Ética; das 11h00 as 12h00 –
688 Relato da Comissão Financiamento e Orçamento; das 14h00 as 15h00 – Relato da Comissão de
689 Políticas; das 15h00 as 16h00 – Relato da Reunião Conjunta das Comissões de Acompanhamento
690 aos Conselhos e Normas; 16h00 as 17h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos
691 Conselhos; das 17h00 as 18h00 – Relato da Comissão de Normas. A Conselheira Luziana Carvalho
692 de Albuquerque Maranhão informou que a Bancada dos Trabalhadores se reuniu e todos estão
693 impossibilitados de participar do curso, resolvendo assim deixar a vaga disponível para as
694 entidades. A Conselheira Edna Aparecida Alegro afirmou que gostaria de participar pelo segmento
695 das entidades e o Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que tiveram uma grande dificuldade na
696 reunião da Presidência Ampliada de encaminhar esse tema, pois o curso coincide com a reunião do
697 Pleno e existe uma praxe da Secretaria-Executiva de negar essa participação pelo choque de agenda,
698 porém, decidiram liberar essa participação por se tratar de um tema de interesse do Pleno. Não
699 havendo consenso ainda para indicação dos usuários, sugeriu que as mesmas sejam definidas até o
700 final dessa reunião. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão lembrou que na
701 próxima reunião, no dia 08 de março de 2017, é comemorada uma data muito importante, o Dia da
702 Mulher. A Conselheira Edna Aparecida Alegro ponderou que está proposto a realização da reunião
703 Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda das 13h00 as 18h00, porém,
704 explicou que nessa reunião será fechado o documento, propondo que a reunião seja das 10h00 as

705 18h00. Os Conselheiros concordaram com a sugestão de alteração de horário e o Presidente Fábio
706 Moassab Bruni explanou que precisam pensar em uma forma de circular esse documento com os
707 Conselheiros, para que apreciem o mesmo. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão de
708 Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 07 de fevereiro de 2017, o
709 Conselheiro Carlos Nambu elencou os Conselheiros e convidados presentes. Arrazouou que foram
710 debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Apreciação do Relatório Final de Execução Orçamentária
711 e Financeira do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS - Exercício 2016. Encaminhamentos:
712 01) A Comissão sugere a Plenária a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira
713 do Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS - Exercício 2016. 02) Orientar os Conselhos de
714 Assistência Social quanto ao prazos do Artigo 4º e 33 da Portaria MDSA nº 113/2015 via SNAS
715 Informa relativos à aprovação do Plano de Ação e do Demonstrativo. 03) Solicitar a SNAS no
716 relatório trimestral presente, além da execução financeira, a execução física referente ao Programa
717 Primeira Infância no SUAS. II) Debate sobre os reconhecimento dos recursos da Assistência Social
718 com obrigatórios – Meta 01, Ação 1.4 do Plano de Ação. Encaminhamento: 01) O debate não foi
719 esgotado e será pauta na próxima Plenária. III) Discussão do Parágrafo II do Artigo 9º da Lei de
720 Responsabilidade Fiscal – LRF. Encaminhamento: 01) Pautar assunto para março/2017. IV)
721 Discussão sobre o encaminhamento da atuação do CNAS em relação ao PPA e LDO no que se
722 refere à Assistência Social. Encaminhamento: 01) Convidar a SNAS para apresentar o fluxo do
723 ciclo orçamentário do FNAS, considerando a Artigo 121, Inciso VIII em relação ao PPA e LDO da
724 NOB/SUAS 2012 – Resolução CNAS nº 33/2012 – em março. V) Definição da pauta da próxima
725 reunião em março/2017: Apresentação do relatório da Ação nº 8249 – Funcionamento dos
726 Conselhos da Assistência Social – Relatório Final de 2016; Fluxo do Ciclo Orçamentário do FNAS,
727 considerando Artigo 121, Inciso VIII PPA/LDO da NOB/SUAS 2012; Discussão referente ao limite
728 orçamentário das emendas de comissão, bancada e relator; Debate sobre o reconhecimento dos
729 recursos da Assistência Social como obrigatórios – Meta 01, Ação 1.4 do Plano de Ação. O
730 Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a parceria com a Secretaria de Planejamento e
731 Orçamento em relação ao fluxo orçamentário e registrou que foi feito um excelente trabalho, da
732 Comissão em parceria com o MDSA, no relatório final de Execução Orçamentária e Financeira do
733 Fundo Nacional da Assistência Social. O Conselheiro Leovane Gregório parabenizou a Comissão
734 pelo trabalho realizado e articulou que gostaria de entender como foi chegado ao resultado de cerca
735 de três bilhões. O Sr. Ayrton G. Martinello, Representante da Secretaria de Planejamento e

736 Orçamento, explicou que o resultado é basicamente o resultado do BPC e das despesas com o
737 FNAS e complementou que havia um orçamento aprovado para o Fundo em torno de R\$ 2,150
738 bilhões, sendo que o mesmo cresceu para cerca de R\$ 2,600 bilhões. O Conselheiro Sávio Angelin
739 Pereira postulou que não entendeu a distribuição do quadro 1.2.1 e a distribuição do relatório
740 analítico. O Conselheiro Carlos Nambu elucidou que considerando as despesas discricionais,
741 cumpre destacar que a parcela da competência do mês de dezembro não foi executada integralmente
742 na maioria dos serviços, pois depende da apuração dos saldos em 31 de dezembro para aplicação
743 dos dispositivos da Portaria nº 36, que apenas haverá alterações quanto à suspensão e o
744 restabelecimento dos repasses. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça relatou que gostaria de
745 um esclarecimento em relação ao item 1.2.2, em que é salientado que na Ação 2B-31 houve
746 cancelamento parcial da emenda da Bancada de Santa Catarina e da emenda da Comissão de Defesa
747 da Pessoa com Deficiência para remanejamento do orçamento para a Ação 2A-65. O Sr. Ayrton G.
748 Martinello explicou que esse cancelamento foi uma atuação do Fundo juntamente com a Bancada
749 de Santa Catarina para que houvesse esse remanejamento da Ação 2B-31 para Ação 2A-65. O
750 Conselheiro Leovane Gregório comentou que a dotação orçamentária prevista para 2016 era de R\$
751 2,610 bilhões para pagamento dos serviços, entretanto, foram pagos vários restos a pagar de anos
752 anteriores na ordem de R\$ 1,45 bilhões, sendo que foram pagos, de fato, em 2016, R\$ 1,600 bilhões
753 em serviços. Compreendeu que precisam resolver as demandas de recursos de anos anteriores que
754 estão sendo pagas no exercício. O Sr. Ayrton G. Martinello esclareceu que o valor de R\$ 2,610
755 bilhões é o valor recomposto do orçamento e que, para o exercício de 2017 possuem cerca de R\$
756 800 milhões de restos para pagar de 2016. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Presidente
757 Fábio Moassab Bruni realizou a leitura da Resolução que dispõe sobre a aprovação do Relatório
758 Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS exercício 2016 - Anexo IV. Colocou o
759 Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS - Exercício 2016 para apreciação
760 dos Conselheiros e não havendo nenhum voto contrário, o Relatório Final da Execução
761 Orçamentária e Financeira do FNAS - Exercício 2016 foi aprovado por unanimidade. O
762 Conselheiro Leovane Gregório intuiu que é importante que todos os Conselheiros trabalhem na
763 discussão, para que o recurso da Assistência Social se torne obrigatório e o Presidente Fábio
764 Moassab Bruni arrazoou que gostaria de saber como ficou a discussão sobre a classificação
765 orçamentária da Assistência Social e a relação das subfunções típicas associadas à Função 08 e a
766 necessidade de mudança, devido à organização da Assistência Social. O Conselheiro Carlos Nambu

767 esclareceu que devido à realização da Reunião Descentralizada no mês de abril, a discussão sobre a
768 classificação orçamentária será realizada em maio e que, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o
769 reconhecimento de recursos estão relacionado ao debate sobre tornar o recurso da Assistência
770 Social obrigatório. O Presidente entendeu que, talvez, seria interessante convidar a CONJUR e a
771 Secretária Nacional para debater sobre esses temas e o Conselheiro Carlos Nambu aceitou a sua
772 sugestão. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de Normas realizada no dia 07 de
773 fevereiro de 2017, a Conselheira Maria Amélia Sazaki, Diretora do Departamento da Rede
774 Socioassistencial Privada, elencou os Conselheiros, ouvintes e convidados presentes. Discorreu que
775 foram debatidos os seguintes item de pauta: I) Apresentação pelo Departamento da Rede
776 Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDSA do quatro relatório trimestral e do relatório
777 anual de 2016 com as informações sobre os processos de certificação de entidades beneficentes da
778 Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011.
779 Encaminhamentos: 01) Encaminhar aos Conselheiros do CNAS o quarto relatório trimestral e o
780 relatório anual sobre o processo de certificação de entidades beneficentes da Assistência Social no
781 âmbito do MDSA – exercício 2016, apresentado pelo DRSP. 02) Encaminhar de acordo com o
782 Parágrafo III do Artigo 3º da Resolução CNAS nº 18/2011 o relatório trimestral e o relatório anual
783 apresentados pelo DRSP para os Conselhos Estaduais de Assistência Social e para o CAS/DF. 03)
784 Encaminhar a apresentação do DRSP das informações a cerca de inscrição de entidades nos
785 Conselhos de Assistência Social – CNEAS aos Conselheiros da Comissão de Normas, bem como
786 disponibilizar a apresentação do DRSP no *site* e nas redes sociais do CNAS. II) Apreciação do
787 ofício de solicitação de orientações do CMAS de Belém/PA. Encaminhamento: 01) Sugere que a
788 SNAS encaminhe as orientações e legislações sobre o repasse fundo a fundo da Assistência Social
789 para o Conselho Estadual com cópia para o CMAS de Belém. IV) Continuação da discussão de
790 atualização do Regimento Interno. Encaminhamentos: 01) A Secretaria-Executiva solicitará ao
791 IPEA um estudo do Regimento Interno do que é fluxo, procedimento e atribuições regimentais para
792 atualização de acordo com a legislação vigente. 02) Análise do Regimento Interno será pauta
793 novamente após os estudos preparatórios para a sua atualização. V) Definição da pauta para a
794 próxima reunião de março/2017: Proposta de uma reunião conjunta com a Comissão de
795 Acompanhamento aos Conselhos para discutir as atribuições dos Conselhos Municipais nas
796 inscrições de entidades beneficentes; Convidar o Departamento da Rede Socioassistencial Privada
797 do SUAS para apresentar as informações a cerca de inscrição de entidades nos Conselhos de

798 Assistência Social no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNAES na reunião
799 conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. O Presidente Fábio Moassab Bruni
800 registrou que o tema das inscrições das entidades é muito importante e informou que o CNAS
801 contratará uma consultoria externa para melhor mapeamento dentro dos Conselhos. A Conselheira
802 Edna Aparecida Alegro solicitou que seja incluída a sua justificativa de ausência e o Conselheiro
803 Leovane Gregório ponderou que gostaria de entender qual é a demanda do ofício do CMAS de
804 Belém. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho explanou que existe um problema em
805 Belém, em que o recurso do Fundo está dentro do recurso da Prefeitura e que, estão solicitando essa
806 documentação para que tenham um reforço para criação de uma conta específica. A Conselheira
807 Rosângela Maria Soares dos Santos ponderou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
808 já possui uma reunião conjunta no período da manhã e a sua reunião no período da tarde e o
809 Presidente sugeriu ajustar os temas na pauta da reunião conjunta. A Conselheira Edna Aparecida
810 Alegro observou que no relato da Comissão possui vários temas pertinentes ao CNAS e que, não
811 podem perder a oportunidade de inseri-los nas próximas reuniões. Com relação ao relato da reunião
812 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos realizada no dia 07 de fevereiro de 2017, a
813 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os Conselheiros, ouvintes e
814 convidados presentes. Postulou que foram debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Informes.
815 Encaminhamentos: 01) Inclusão do ponto de pauta “Primeira Infância no SUAS” nessa reunião. 02)
816 A Secretaria-Executiva produzirá tabulação mensal sobre as demandas recebidas por *e-mail* e
817 apresentará nos informes de cada reunião da Comissão. II) Apresentação sobre os Planos Estaduais
818 dos CEAS e do CAS/DF. Encaminhamento: Não houve nenhum encaminhamento. III)
819 Apresentação das atividades para execução do Plano de Ação da Comissão. Encaminhamentos: 01)
820 Será solicitada uma reunião conjunta com a Comissão de Normas para revisão da Resolução CNAS
821 nº 237/2006, que dispõe sobre diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos
822 Conselhos. 02) Será solicitado espaço para realização de uma oficina sobre atualização de
823 legislação dos CEAS e do CAS/DF durante o Encontro Nacional do CONGEMAS, com proposta de
824 orientação para atualização dessas legislações. IV) Discussão sobre a adesão dos CEAS e do
825 CAS/DF ao Programa Primeira Infância no SUAS. Encaminhamentos: 01) Solicitar aos
826 responsáveis pelo programa o diagnóstico sobre a adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS
827 nos Estados e municípios. 02) Solicitar, por ofício, informe da Câmara Técnica do programa e
828 pautar o assunto na próxima reunião em março. V) Explanção do representante da SAGI sobre um

829 possível plano de capacitação para Conselheiros previsto para 2017 e sobre o acesso ao
830 Cadastro/Sistema do SUAS. Encaminhamentos: 01) Foi solicitado a SAGI que insira nos cadastros
831 de Conselheiros a vinculação do cursista. 02) Considerando a data do Encontro Nacional do
832 CONGEMAS, se houver conteúdo definido até março, haverá a possibilidade de preparação de um
833 tutorial de boas vindas aos novos Conselheiros. VI) Controle social do Pacto de Aprimoramento do
834 SUAS. Encaminhamentos: 01) Incluir na Meta 20 a seguinte frase: “... *de forma a garantir e*
835 *ampliar o aporte financeiro para o funcionamento, assim como a proporcionalidade de*
836 *trabalhadores, usuários e entidades e incluir na cota governamental representante do Colegiado*
837 *Estadual de Gestores*”. 02) Incluir na Meta 21 a garantia de no mínimo oito reuniões anuais da CIB
838 e que houvesse um representante do CEAS. VII) Pauta da próxima reunião em março/2017:
839 Reunião com a Comissão de Normas para discutir sobre a revisão da Resolução CNAS nº 237;
840 Reunião com a ASCOM para discutir possível ampliação da comunicação do CNAS com os CEAS
841 e o CAS/DF; Discussão sobre o Programa Primeira Infância no SUAS; Apresentação das atividades
842 propostas para execução do Plano; Proposta de pauta para a reunião de maio. A Conselheira Célia
843 Maria de Souza Melo Lima explanou que estão discutindo informalmente o Pacto de
844 Aprimoramento no SUAS, pois ainda é necessária a pactuação da Meta 04 na CIT. O Conselheiro
845 Sávio Angelin Pereira compreendeu que as sugestões de redação para as metas do Pacto de
846 Aprimoramento podem ser encaminhadas a CIT para apreciação. O Presidente concordou com o
847 posicionamento e a Sra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão intuiu que seria interessante
848 avaliar se haveria alguma flexibilidade para as alterações. A Conselheira Célia Maria de Souza
849 Melo Lima deixou claro que foi bem justificado que a discussão do Pacto de Aprimoramento seria
850 para os Conselheiros se familiarizarem com o tema e o Presidente explicou que a sugestão é que as
851 propostas de redação seja levada o CONGEMAS e ao FONSEAS. A Conselheira Luziana Carvalho
852 de Albuquerque Maranhão propôs inserir no encaminhamento que as propostas de alterações serão
853 levadas a Plenária como informe, havendo a concordância dos Conselheiros. O Presidente Fábio
854 Moassab Bruni arrazoou que fosse realizado um esforço do colegiado de debate das estratégias de
855 comunicação da Conferência com a ASCOM, sugerindo retirar o ponto de pauta de reunião com a
856 ASCOM para discutir possível ampliação da comunicação do CNAS com os CEAS e o CAS/DF.
857 Os Conselheiros aprovaram a sugestão e a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos
858 discorreu que, como estará assumindo a Vice-Presidência no próximo mês, gostaria de permanecer
859 na Comissão de Acompanhamento de Conselhos, mas não como Coordenadora Adjunta, indicando

860 a Conselheira Maira José Vasconcelos para assumir esse cargo. A Conselheira Luziana Carvalho de
861 Albuquerque Maranhão solicitou esclarecimento sobre o cartaz que trata do Centro Dia que foi
862 divulgado e o Presidente Fábio Moassab Bruni esclareceu que foi um erro cometido pela ASCOM,
863 que já se desculpou e retirou o anúncio. A Conselheira Edna Aparecida Alegro comunicou que
864 entrou no *site* do MDSA e verificou que existe uma opção de locais de atendimento assistencial
865 dentro do *site* oficial da SNAS. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos lembrou que
866 solicitou fosse esclarecido como está a funcionabilidade do CNAS com a dispensa de alguns
867 servidores e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima lembrou que ainda não decidiram
868 sobre a reunião conjunta da Comissão de Política e da Comissão de Acompanhamento aos
869 Conselhos sobre o Programa Primeira Infância. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu
870 que não precisam manter esse ponto de pauta nas reuniões das Comissões, uma vez que o mesmo
871 será discutido na reunião ordinária do CNAS. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira intuiu
872 que seria interessante ter um encontro entre a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e a
873 Comissão de Políticas para uniformizar o encaminhamento das mesmas. O Presidente explanou que
874 seria necessário realizar esse debate no Pleno, por se tratar de um momento oficial de prestação de
875 contas do Programa Primeira Infância no SUAS. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos
876 observou que não há nenhum problema de que esse tema seja tratado em uma reunião conjunta
877 entre as Comissões e a Conselheira Edna Aparecida Alegro entendeu que precisam pensar mais
878 sobre o funcionamento do CNAS e sobre o comprometimento de alterações no seu quadro de
879 servidores. Sugeriu verificar, junto a SNAS, qual foi o número cargos que foi necessário ser
880 reduzido, para entender a sistemática que foi adotada. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo
881 Lima articulou que perceberam que as dúvidas da Comissão de Políticas e da Comissão de
882 Acompanhamento aos Conselhos, são dúvidas de todas as outras Comissões, por isso será debatido
883 na reunião do CNAS. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira afirmou que é importante que o CNAS
884 saiba o número de cargos reduzidos e o Conselheiro Luis Otávio Pires Farias salientou que seria
885 interessante saber a proporção dos cargos comissionados no CNAS e na SNAS e qual a sua
886 proporção em relação ao número total de trabalhadores. Após várias manifestações sobre pautar ou
887 não o Programa Primeira Infância no SUAS nas Comissões, os Conselheiros decidiram manter as
888 pautas aprovadas nos relatos de cada Comissão. Com relação ao funcionamento do Conselho, o
889 Presidente lembrou que já esclareceu que como foi o processo dado para o corte dos servidores e o
890 Conselheiro Carlos Nambu questionou qual será o posicionamento desse Conselho em relação ao

891 enfraquecimento do controle social. A Conselheira Edna Aparecida Alegro salientou que gostaria
892 de saber quais cargos foram reduzidos e em que local eram situados e a Conselheira Rosângela
893 Maria Soares dos Santos destacou que é importante que discutam e tenham, de fato, todas as
894 informações. A Sra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão afirmou que quer que seja
895 apresentando o diagnóstico do número de trabalhadores cortados pelo vínculo, o impacto trazido a
896 SNAS e o impacto que haverá no CNAS e a Conselheira Clátia Regina Vieira concordou com as
897 explicações e compreendeu que precisam registrar que repudiam a posição do Ministério e da
898 Secretaria em relação às demissões. A Secretária-Executiva Maria das Mercês Avelino de Carvalho
899 informou que o CNAS possuía 16 servidores comissionados antes do decreto e houve um corte de
900 sete, sendo que possui um servidor efetivo do MDSA, cinco servidores efetivos cedidos e 20
901 servidores terceirizados. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos informou que foram
902 indicadas a Conselheira Tathiane Aquino Araújo e Elisa Maciel para participarem do curso de
903 capacitação de Conselheiros. **ENCERRAMENTO 09/02/2016:** O Presidente Fábio Moassab Bruni
904 agradeceu a presença de todos e encerrou a 251ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
905 Assistência Social.
906